

CONTRATO N° 007/2022

As partes que celebram este contrato de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT** e do outro lado a empresa **CHURRASCARIA E LANCHONETE FAROL EIRELI**

1.1 A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, pessoa jurídica de direito público, sediado a Rua 16 de Julho, 815 – CEP: 78243-00, Centro, Nova Lacerda - MT, inscrita no CNPJ: 01.614.519/0001-22, neste ato representado pelo Gestor do município, o Sr. **UILSON JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n° 1033978-7 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 621.764.391-04, residente e domiciliado à Tulipa Negra, S/N, CEP: 78243-00, Nova Lacerda – MT, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

1.2 - A empresa **CHURRASCARIA E LANCHONETE FAROL EIRELI**, inscrita no CNPJ com o n° 39.755.729/0001-03, com sede à Av. Victor Candeloro, n° 92, Bairro Nova Vacaria, CEP: 78.310-000, Comodoro-MT, (65) 8151-5274, e-mail: restaurantefarol2021@gmail.com, representado neste ato pelo Sra. **MARIA APARECIDA ARRUDA** XXXXXXXX-X MT/MT e CPF sob o n° XXX.XXX.XXX-XX, neste ato denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente contrato consiste no **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, TIPO SELF SERVICE NO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA-MT**, decorrente da Ata de Registro de Preço 012/2021, Pregão Presencial 013/2021, Processo: 21/2021, bem como seu valor sendo o saldo restante da Ata de Registro de Preço 012/2021.

Item	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
Serviço de Buffet – tipo Self- Service (buffet), sendo almoço e janta, composto de: arroz, feijão, 3 tipos de carne, farofa, 3 tipos de salada, 1 tipo de massa e maionese, acompanhado de água mineral ou refrigerante 350 ml, na cidade de Comodoro-MT	605	R\$ 37,00	R\$ 22.385,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O valor global do referido contrato é de **R\$ 22.385,00 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e cinco reais)**, decorrente da sobra de itens e valores da Ata de Registro de Preço 012/2021.

2.1.2 A administração Pública não está obrigado a utilizar todo o valor desse contrato, podendo se utilizar da prestação desse serviço conforme sua necessidade e livre discricionariedade.

2.2. O pagamento será realizado mensalmente, após a emissão de nota fiscal pela CONTRATADA, até o dia 20 do mês subsequente.

2.2.1 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao departamento responsável pelo pagamento.

2.2.2 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para créditos em banco, agência e conta corrente indicado pela contratada.

2.2.3. As taxas referentes ao envio de TED e ou DOC serão efetivamente descontados do valor a ser pago a favorecida.

2.3. Será considerado data de pagamento o dia que constar a emissão da ordem bancária.

2.4. Quanto ao pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.4. A Administração Pública não está obrigada a pagar o valor total caso não seja consumida toda a quantidade de itens nesse contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO Pregão Presencial 013/2021

3.1. Deu origem a esse Contrato **Pregão Presencial 013/2021, gerou a Ata de Registro de Preço 012/2021**, Processo: 21/2021, ao qual as partes encontram-se vinculadas, segundo o orçamento e a proposta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VALIDADE DO CONTRATO

4.1. O presente contrato tem **sua validade e feitos a partir da data de sua assinatura, com efeitos válidos até 25 de fevereiro de 2023.**

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Os itens/serviços deverão ser entregues o conforme a solicitação e necessidade da administração pública em autorização de fornecimento ou requisição.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

6.1. As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que serão aplicadas em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes deste pacto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. A hipótese de rescisão do ajuste entre as partes são conforme os previstos nos art. 78 da Lei 8.666/1993.

7.2 O termo de rescisão deverá ser em conformidade com o caso.

7.3 Deverá ser apresentado o balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

7.3.1 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.3.2 Indenização e multa.

8.0. É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.1 É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Da Contratada:

- 8.1.1. Entregar os objetos conforme o estabelecido na proposta de dispensa de licitação 042/2021 e o presente contrato.
- 8.1.2. Cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade e lealdade os serviços contratados e o pedido feito;
- 8.1.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato;
- 8.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 8.1.5. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 8.1.6. Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;
- 8.1.7. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.
- 8.1.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.1.9. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.
- 8.1.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.2. Da Contratante:

- 8.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;
- 8.2.2. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;
- 8.2.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente pacto;
- 8.2.4. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA. Notificando a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 8.2.5. Cumprir e fazer cumprir os termos das Leis nº 8.666/93 e do presente instrumento;
- 8.2.6. Efetuar os pagamentos devidos através de crédito (ordem bancária) a ser depositada em conta corrente da contratada e no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização;
- 8.2.7. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da CONTRATADA;
- 8.2.8. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.
- 8.2.9. Fiscalizar, notificar e tomar as devidas providências em caso de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. A empresa contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento, ficará sujeita às penalidades nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam

a) Advertência;

b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da mensalidade;

c) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa ou cobradas administrativa ou judicialmente, obedecido o contraditório e ampla defesa;

9.3. A empresa que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até dois anos.

9.4. Em caso de multa, os valores da mesma serão descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA. Caso a CONTRATADA não possua nenhum valor a receber da Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitado o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Setor competente para que seja inscrita na dívida ativa da Prefeitura, podendo ainda proceder à cobrança judicial.

9.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

9.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

9.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Prefeitura.

9.8. De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescidas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NULIDADE DO CONTRATO

11.1. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de

desconstituir os já produzidos, observando os preceitos constantes dos artigos 49, 50 e 59, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA EFICÁCIA

12.1. O presente contrato só terá validade depois de aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e eficácia depois de publicado, por extrato, no “Diário Oficial do Município”, de conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93, as expensas da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos dos recursos próprios da CONTRATANTE, e serão empenhados na dotação orçamentária:

Proj./Ativ.: 2.009 – Manutenção e encargos do Dep. de Administração e Recursos Humanos.

Dotação: 807

Fonte: 3.3.90.30.0.0.0.0.0999

Proj./Ativ.: 2.036 – Manutenção do Departamento de Educação.

Dotação: 215

Fonte: 3.3.90.30.00.00.00.00 1001 - Material de consumo

Recurso: Educação 25%

Proj./Ativ.: 2.044 – Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Código Reduzido: 670

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.0999 – Material de Consumo

Dotação: 215

Recurso: FMAS C/C 21.083-8

Proj./Ativ.: 2.064 – Manutenção e Encargos do CRAS.

Código Reduzido: 651

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.0999 – Material de Consumo

Dotação: 215

Recurso: FMAS C/C 21.083-8

Proj./Ativ.: 2.064 – Manutenção e Encargos do FUNDO Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Código Reduzido: 634

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00.0999 – Material de Consumo

Dotação: 215

Recurso: FMAS C/C 21.083-8

Proj./Ativ.: 2.025 – Manutenção da Secretaria Adjunta de Frotas e Estradas Vicinais.

Proj./Ativ.: 2.064 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito.

Despesa: 23 – Material de Consumo

Fonte: 3.3.90.30.00.00.00.00.0999 – Material de Consumo

Recurso: Próprio

Proj./Ativ.: 2.048 – Manutenção e Encargos da Sec. Adj. De Desenvolvimento Rural.

Dotação: 3.3.90.30.00.00.00.00 0999 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica;

Fonte do Recurso: 683

Recurso: Próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o processo de Pregão Presencial 013/2021

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO

O foro da Comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências não resolvidas administrativamente acerca deste contrato, na forma da Lei nº 8666/93 em seu art. 55, § 2º. Este contrato se sujeita ainda às Leis municipais inerentes ao assunto. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Nova Lacerda MT, 25 de fevereiro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
UILSON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

CHURRASCARIA E LANCHONETE FAROL EIRELI
Representante Legal
